

Município de Pombal

**Prestação de contas
Relatório de Gestão
Consolidadas**

2014



ÍNDICE

I. RELATÓRIO GESTÃO CONSOLIDADO	4
1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	5
1.1. REGRAS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	5
1.2. PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO	5
1.3. ELEMENTOS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	6
2. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	7
2.1. ANÁLISE ECONÓMICA	7
2.1.1. PROVEITOS	7
2.1.1.1. Estrutura de proveitos	7
2.1.1.2. Evolução dos proveitos	8
2.1.2. CUSTOS	9
2.1.2.1. Estrutura de custos	9
2.1.2.2. Evolução dos custos	10
2.1.3. RESULTADOS	11
2.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA	12
2.2.1. ALGUNS INDICADORES FINANCEIROS	12
2.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS	13
3. DÍVIDA TOTAL MUNICIPAL	14
4. EVOLUÇÃO DO PESSOAL	15
5. OUTRAS DISPOSIÇÕES	16
5.1. EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA ACTIVIDADE	16
5.2. FACTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	16
II – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS	18
6. BALANÇO CONSOLIDADO	19
7. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO	21
8. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	22
9. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	24
9.1. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	24
9.2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA	25
9.3. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	25
9.4. RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO	26
9.5. RELATIVAS A DIVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	27
9.6. INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS	27
9.7. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	28
9.8. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS	28
9.9. INFORMAÇÕES DIVERSAS	31
9.10. LANÇAMENTO DE ANULAÇÃO DOS MOVIMENTOS REALIZADOS ENTRE AS ENTIDADES	32
9.10.1. OPERAÇÕES ANULADAS	32
9.10.2. SALDOS ANULADOS	32
9.10.3. ANULAÇÃO DO VALOR DO INVESTIMENTO FINANCEIRO	32
9.10.4. SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES	33
9.11. ACTIVO BRUTO CONSOLIDADO	34
9.12. AMORTIZAÇÕES CONSOLIDADAS	35
9.13. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CONSOLIDADAS	35
9.14. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS	36



9.15. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS CONSOLIDADOS	36
9.16. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES / AJUSTAMENTOS CONSOLIDADOS	36
III. ENCERRAMENTO	37
IV. TERMO DE APROVAÇÃO FINAL	37



MUNICÍPIO DE POMBAL
Câmara Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Ano financeiro de 2014

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. REGRAS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

A Lei 73/2013 de 03 de Setembro que veio estabelecer o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, revogando a anterior Lei das Finanças Locais (Lei 02/2007 e 15/01), define no seu Artº 75º as regras orientadoras para a elaboração da Consolidação de Contas dos Municípios, entidades intermunicipais e as suas entidades associativas com as entidades detidas ou participadas

Assim, estabelece o Artº 75º da Lei 73/2013 que os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentem contas consolidadas com as entidades controladas ou participadas, passando esse conjunto de entidades, a designar-se Grupo Autárquico.

Como entidades controladas consideram-se, nos termos da actual Lei, as entidades sob as quais o Município exerce controlo, de forma directa ou indirecta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas actividades.

Presume-se, ainda a existência de controlo quando se verifique pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- a) A faculdade de vetar os orçamentos;
- b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- c) A detenção da titularidade dos activos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objectivos próprios;
- e) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade

Este conjunto de definições, estabelecidas em Lei, veio confirmar e dar legitimidade à aplicação da Orientação nº 1/2010, aprovada pela Portaria 474/2010 de 01 de Julho, através da qual veio estabelecer que as demonstrações financeiras consolidadas devem reflectir a consolidação de contas da entidade consolidante (Município) com as entidades controladas, sob as quais o Município exerce determinadas condições de poder e de resultado, e que a Orientação 1/2010, tão bem define no seu ponto 5.1.

Quanto aos procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação das contas, o nº 8 do Artº 75º veio estabelecer que são os definidos para as entidades do sector público administrativo, algo que também a Orientação 1/2010 tinha estabelecido através de um novo conjunto de princípios enquadradores, subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas no sector público administrativo.

1.2. PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

Até 2012, o Município de Pombal, consolidou as suas contas apenas com a empresa PMUGEST Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EEM, por ser a única entidade com 100% do capital detido pelo Município, única condição imposta



pela Lei 02/2007 e que a Portaria 474/2010, por imperativo legal, não revogou.

Em 2013, reconhecendo a necessidade de obter uma análise integrada do conjunto das actividades desenvolvidas e ainda à necessidade de tornar a informação objectiva e transparente, o Município de Pombal entendeu adaptar já para o ano económico de 2013, as regras estabelecidas no Artº 75º da Lei 73/2013, que entrou em vigor a 01 de Janeiro de 2014, antecipando a integração da empresa PombalProf – Soc. de Educação e Ensino Profissional, Lda, no seu perímetro de consolidação.

Em 2014, não houve alterações no denominado Grupo Autárquico, mantendo-se as mesmas entidades, que incluíram o perímetro de consolidação de 2013.

Nestes termos, e de acordo com o Artº 75ª da Lei 73/2013 de 03/09, promoveu-se a consolidação de contas das entidades incluídas no perímetro de consolidação do Município, a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. e a POMBAL PROF- Soc. de Educação e Ensino Profissional, Lda.

1.3. ELEMENTOS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

À luz do nº 7 do Artº 75º, os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- Mapa de Fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
- Anexos às Demonstrações Financeiras consolidadas que inclui:
 - Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades alvo da consolidação;
 - mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e
 - mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.



2. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

2.1. ANÁLISE ECONÓMICA

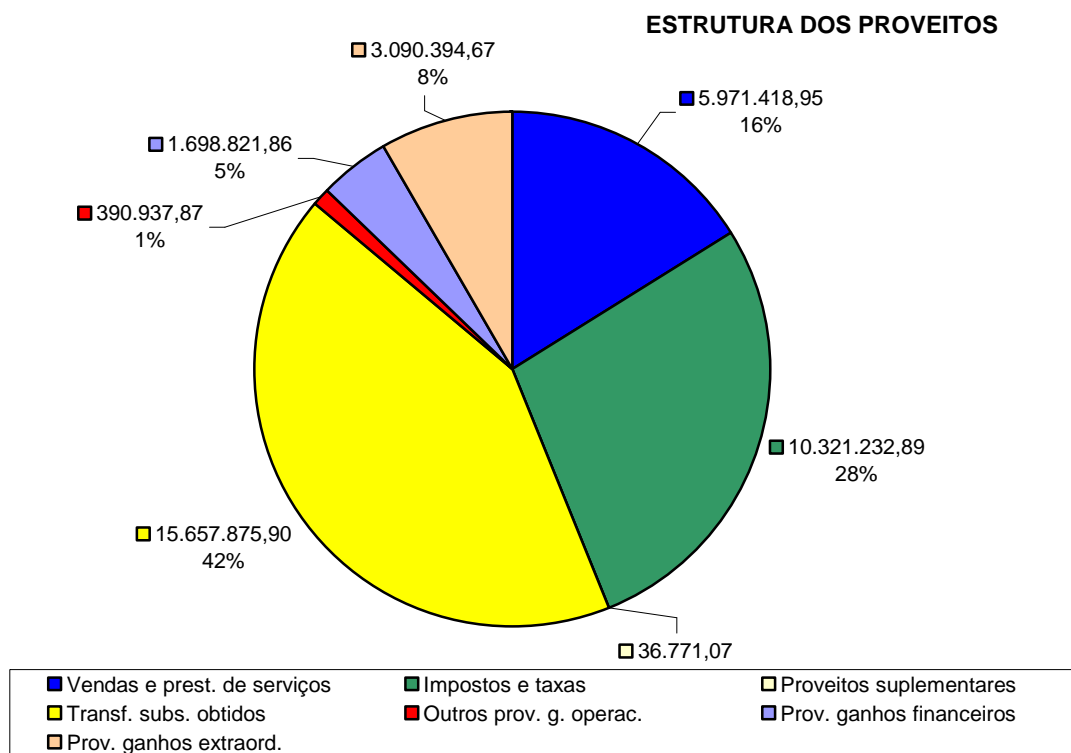
A análise que se segue, demonstra a estrutura e evolução de 2013 para 2014, dos custos e proveitos das entidades que integram o Grupo Autárquico.

2.1.1. PROVEITOS

2.1.1.1. Estrutura de proveitos

O Gráfico seguinte representa a estrutura dos Proveitos Consolidados, patentes no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados:

Gráfico 1 - Estrutura dos Proveitos



No gráfico, há que salientar o peso que as Transferências e Subsídios Obtidos e os Impostos e Taxas, assumem no total dos Proveitos, sendo responsáveis, por si só, por 70% dos proveitos do grupo Autárquico.

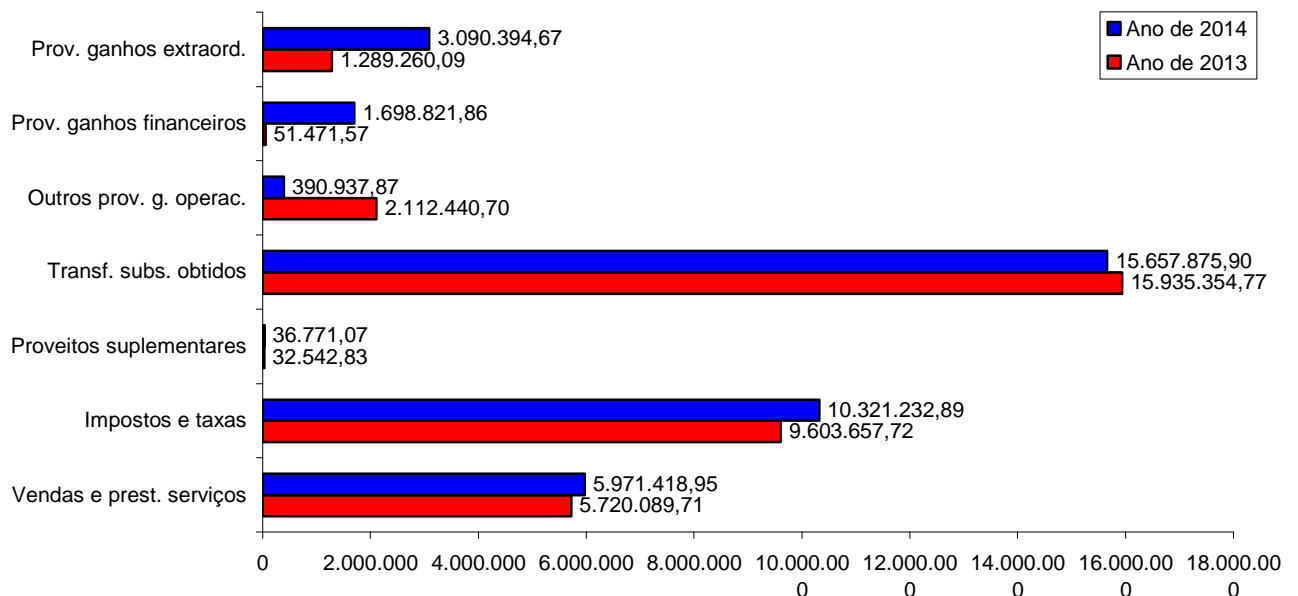


2.1.1.2. Evolução dos proveitos

O Gráfico seguinte representa a evolução dos Proveitos Consolidados, patente no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados.

Gráfico 2 - Evolução dos Proveitos

Evolução dos proveitos entre 2013 e 2014



Destacam-se neste quadro o aumento dos impostos e taxas, relativamente ao ano de 2013, facto imputado exclusivamente ao Município, com especial relevância para o aumento do IMI e do IMT, consequência da reavaliação dos prédios urbanos realizada a nível nacional, bem como, no aumento destacado nos proveitos extraordinários resultante, do lado Município, na aplicação dos proveitos diferidos em cerca de 1.800.000,00, na amortização dos bens financiados, pela proporção da sua quota de amortização, e pelo encaixe de 648.324,54, transferido do Banco BPI, no âmbito do processo do desvio de verbas ocorrido no Município. Quanto às restantes entidades consolidadas, os montantes envolvidos, num total de 32.506,69, pouco peso têm no total de proveitos extraordinários (1%).

O aumento e redução verificada nos proveitos financeiros e operacionais, deveu-se à reclassificação da renda de concessão da EDP no valor total anual de € 1.681.409,64 que, em 2014, passou a ser inscrita na conta de proveitos financeiros em detrimento da conta de proveitos operacionais.

Quanto as restantes rubricas, a variação é pouco significativa, merecendo algum destaque, o aumento nas Vendas e Serviços prestados, em cerca de (4,4%), em relação ao ano de 2013.

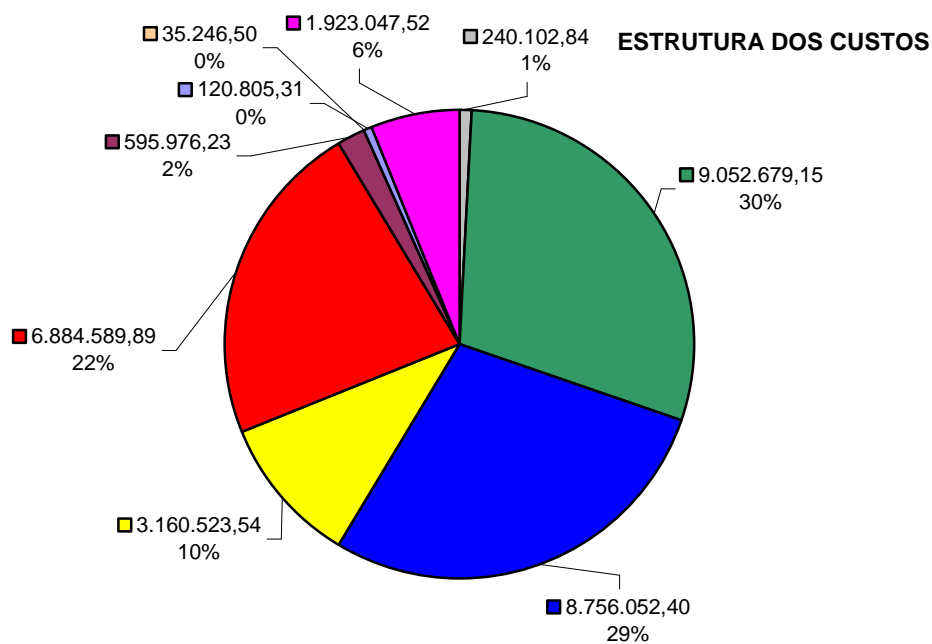


2.1.2. CUSTOS

2.1.2.1. Estrutura de custos

O Gráfico seguinte representa a estrutura dos Custos Consolidados, patentes no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados:

Gráfico 3 - Estrutura dos Custos



CMVMC	Forn. serviços externos	Custos com pessoal
Transf. s. cor. prest. soc	Amortizações do exerc.	Provisões do exerc.
Outros custos/perdas operacionais	Custos e perdas financ.	Custos e perdas extraord.

Da leitura do gráfico, percebe-se que os custos com mais impacto no Grupo Autárquico, são os Fornecimentos e Serviços Externos que, numa óptica orçamental, se designam como despesas correntes, as despesas com pessoal e as amortizações do exercício.

Em termos patrimoniais, as aquisições ou beneficiações em bens de investimento, inscritas no Balanço em Imobilizado, não reportam na totalidade para os custos do exercício, mas apenas a sua quota de amortização anual, apurada ao longo da sua vida útil.

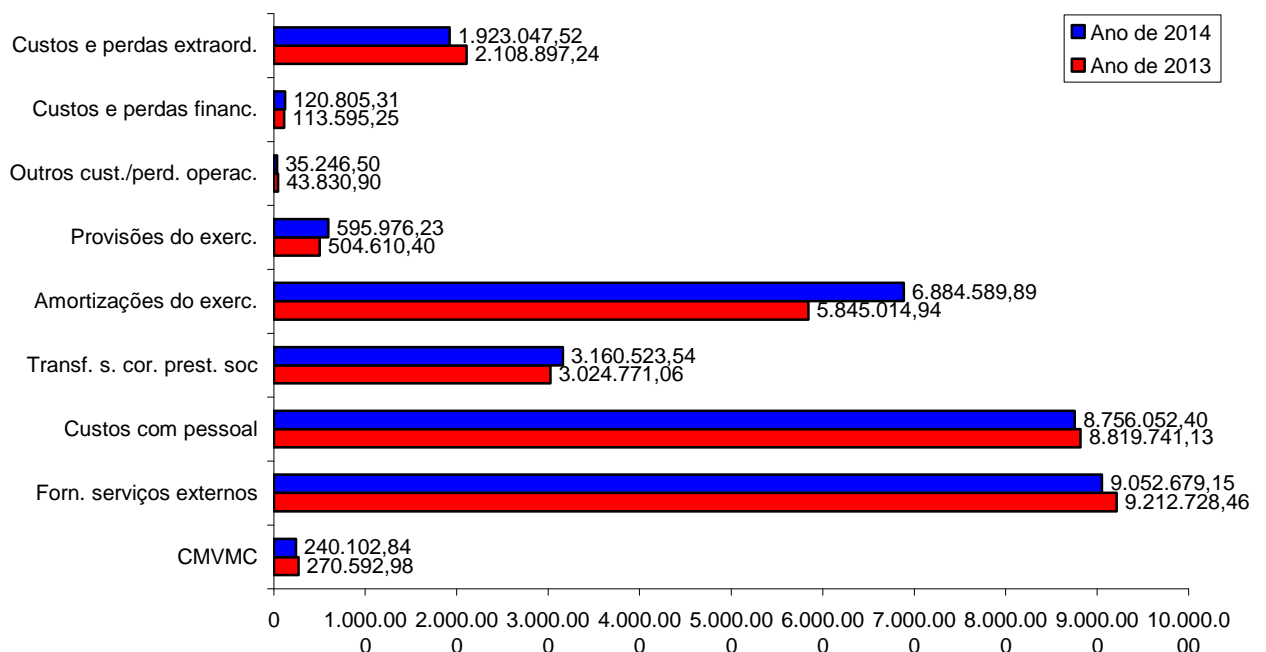


2.1.2.2. Evolução dos custos

O Gráfico seguinte representa a evolução dos Custos Consolidados, patente no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados.

Gráfico 4 - Evolução dos Custos

Evolução dos custos entre 2013 e 2014



Destacam-se no gráfico acima, o aumento significativo das amortizações do exercício, em linha com o aumento do Património do Município, essencialmente com os bens imóveis adquiridos ou construídos.

Quanto as despesas com Pessoal, que no seu todo resultou numa redução pouco expressiva de 0,7%, deveu-se essencialmente à redução operada nas despesas com pessoal da PMU (7,6%) e do Município (0,04%) que compensou o ligeiro aumento ocorrido na Pombal Prof (0,3%).

Para efeitos de Demonstração de Resultados, os valores aí constantes não decorrem de pagamentos realizado no ano, mas sim, os custos imputados ao exercício, independentemente do seu pagamento, onde se destaca o valor estimado de encargos com férias, inscritos em 2014, cuja previsão de pagamento, ocorre no ano seguinte.

Com excepção das amortizações que aumentaram 17,8%, em relação a 2013, nas restantes rubricas, a variação ocorrida foi pouco significativa, como se confirma na leitura do gráfico.



2.1.3. RESULTADOS

De seguida demonstra-se os resultados a preços correntes, patentes na Demonstrações de Resultados consolidados e a sua variação de 2013 para 2014.

Quadro 1 - Variação dos Resultados

Resultado Operacional	2013	2014	var. (%)
Total	5.682.795,86	3.653.065,13	-35,72

uni: Euro

Resultado Financeiro	2013	2014	var. (%)
Total	-62.123,68	1.578.016,55	2640,12

uni: Euro

Resultado Corrente	2013	2014	var. (%)
Total	5.620.672,18	5.231.082,68	-6,93

uni: Euro

Resultado Líquido do Exercício	2013	2014	var. (%)
Total	4.796.791,02	6.373.916,16	32,88

Neste capítulo, na senda do que foi dito no ponto 2.1.1.2, a redução operada nos resultados operacionais, deveu-se ao aumento das amortizações, em linha com o aumento do Património do Município, essencialmente do património imóvel, bem como, do resultante da reclassificação da renda de concessão da EDP, de proveitos operacionais para proveitos financeiros, que em muito contribui para o aumento significativo dos resultados financeiros, em detrimento dos resultados operacionais.

Destaca-se naturalmente, o aumento do resultado líquido do exercício consolidado, em 32,88%, devido aos aumentos preconizados no Município e na PMUGEst, bem como, na redução do Resultado Líquido negativo da PombalProf que, apesar de se manter negativo, reduziu em cerca de 73%, em relação a 2013.



2.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA

2.2.1. ALGUNS INDICADORES FINANCEIROS

Apresenta-se de seguida alguns indicadores financeiros.

Quadro 2 - Indicadores Financeiros

Designações	Exercícios	
	2014	2013
(Fundo de Maneio)	7.935.762,76 €	3.471.589,20 €
(Cash Flow Estático (MLL))	13.854.482,28 €	11.146.416,36 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	1,49	1,43
1.2 Autonomia	0,60	0,59
2. Estrutura do Activo		
2.1 Cobertura do A.Imob. em Fundos Próprios	0,64	0,63
2.2 Cobertura do A.Imob. em Capitais Permanentes	0,68	0,67
2.3 Peso Relativo do A.Imob. no Activo Total	93,36%	93,23%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	2,14	1,32
3.2 Liquidez Reduzida	2,12	1,31
3.2 Participação - Existências no Activo Corrente	0,95%	0,96%
3.4 Financiamento do Activo Corrente	0,53	0,24
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,95	0,95
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	0,96	2,45
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	19,29	11,50

Como se pode verificar pelo quadro acima, a generalidade dos indicadores apresentados apresentam uma evolução positiva, destacando-se:

- aumento de cerca 2,7 milhões de euros nos cash flows (meios libertos líquidos), o que corresponde a um acréscimo de 24% face a 2013;

- melhoria nos indicadores de solvabilidade e de autonomia financeira, este último a atingir um valor próximo dos 60%.

- Aumento nos indicadores de liquidez, que a muito se deve à redução significativa das dívidas a fornecedores, com os activos correntes a suplantarem os passivos correntes.

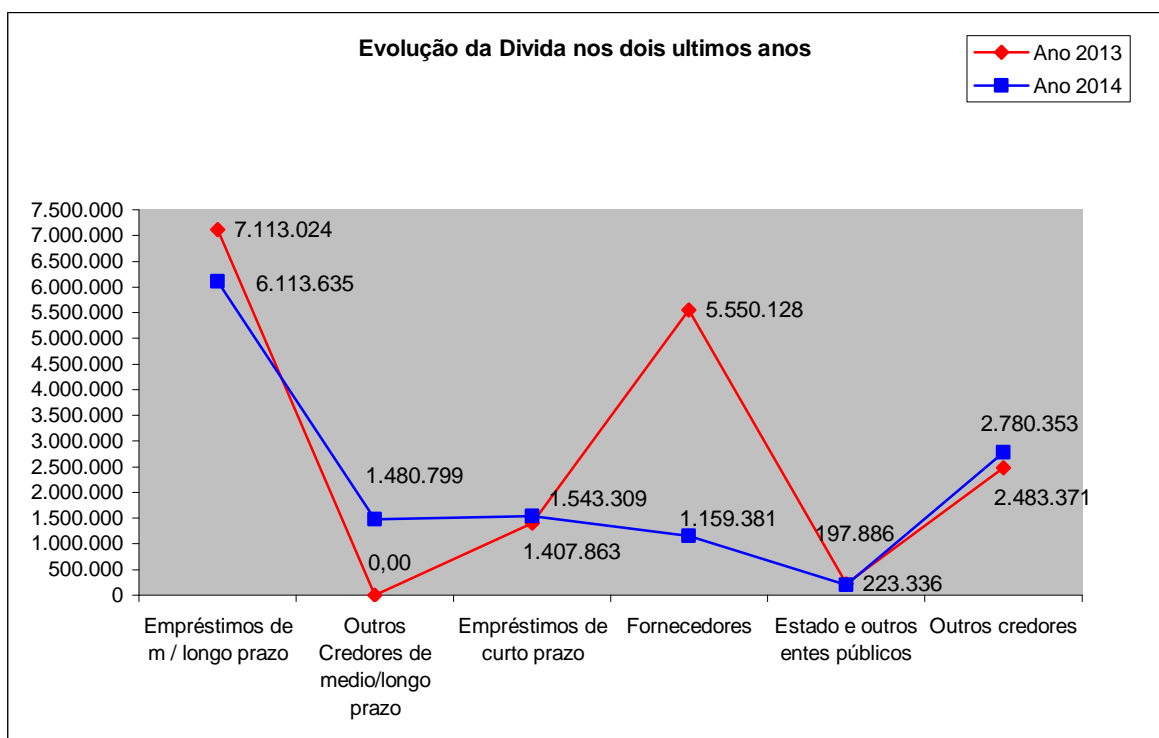


2.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresentamos a evolução da dívida do Grupo Autárquico reportada no Balanço Consolidado dos últimos 2 anos, estruturada entre dívida a fornecedores, Estado e outros entes públicos, outros credores, empréstimos de curto prazo e de médio/longo prazo.

Na rubrica "Empréstimos de curto prazo" inscrito no Passivo do Balanço, o saldo aí inscrito inclui os encargos com amortizações dos empréstimos de médio/longo prazos contratados pelo Município, a serem liquidados em 2015, daí a sua natureza de dívida de curto prazo, inferior a um ano.

Gráfico 5 - Evolução da Dívida



Destaca-se a redução da dívida a fornecedores, em muito devido à redução operada no Município, contribuindo para o efeito, a conclusão física e financeira das obras financiadas pelo fundos comunitários.

Também, pelo Município, passou a constar uma dívida de médio/longo prazo a Outros Credores, devido à inscrição em Passivo, do contributo para o capital social do FAM – Fundo de Apoio Municipal, no montante total de Eur. 1.727.599,12, sendo que Eur. 246.800, inscritos em Outros Credores, serão liquidados já em 2015, e o restante valor de Eur. 1.480.799,12, a liquidar nos seis anos seguintes, encontra-se inscrito em Outros Credores de médio / longo prazo.

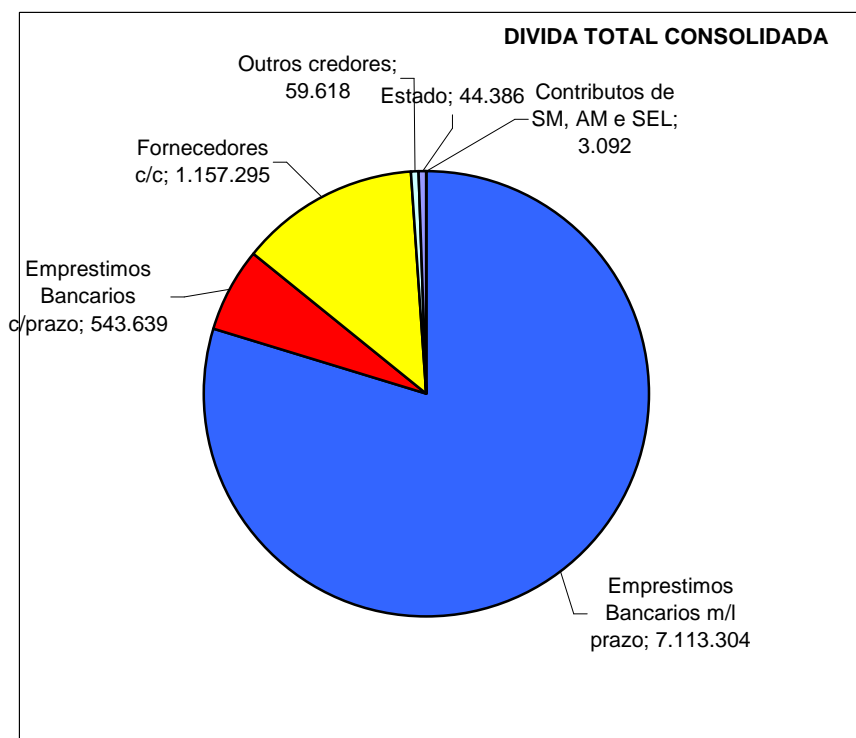
Também, em Outros Credores, está incluído as cauções prestadas pelos empreiteiros e fornecedores a favor do Município no valor total € 2.472.390,55, não contando para efeitos de dívida de curto prazo.



3. DÍVIDA TOTAL MUNICIPAL

Apresentamos a dívida total consolidada de operações orçamentais, calculada nos termos o nº 2 do Artº 52º da Lei 73/2013 de 03/09, abatido dos créditos/débitos existentes entre as entidades.

Gráfico 6 - Dívida Total Consolidada



O dívida total consolidada de operações orçamentais está patente no mapa inscrito no ponto 9.5, e resume-se ao valor total consolidado de € 8.921.335.

A dívida total consolidada inclui as dívidas orçamentais a terceiros de curto, médio e longo prazos das três entidades consolidadas, abatendo os saldos devedores e credores existentes entre elas, no valor de € 32.160, como também inclui, do lado do Município, o contributo das entidades participadas, no montante de € 3.092, que releva para a dívida total do Município, nos termos do Artº 54ª da Lei 73/2013 de 03/09.

Excluem-se, do valor da dívida total, as operações de tesouraria (não orçamentais) e o FAM – Fundo de Apoio Municipal.



4. EVOLUÇÃO DO PESSOAL

Em 31 de Dezembro, o Grupo Autárquico, apresentava o seguinte número de trabalhadores, afectos a cada uma das Entidades:

- Município de Pombal
- Número de Trabalhadores: 443

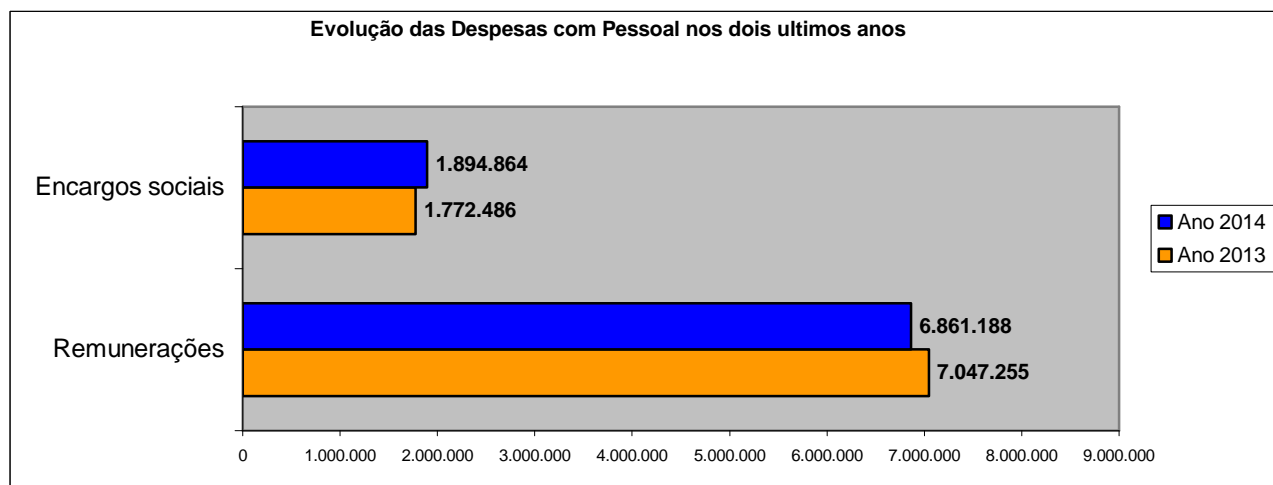
- Denominação: PMUGest, E.E.M.
- Número de Trabalhadores: 60

- Denominação: Pombal Prof – Soc. de Educação e Ensino Profissional, Lda
- Número de Trabalhadores: 29

As despesas com Pessoal estão inscritas no mapa de Demonstração de Resultados Consolidados, separadas em Remunerações e Encargos Sociais

A sua evolução nos dois últimos anos, é a seguinte, com a ressalva de que em 2012, não estão inscritas as despesas com pessoal da PombalProf.

Gráfico 7 - Evolução das Despesas com Pessoal





5. OUTRAS DISPOSIÇÕES

5.1. EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA ACTIVIDADE

A evolução previsível da actividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico, nomeadamente, no Orçamento para 2015, e nas Opções do Plano para o quadriénio de 2015 a 2018.

5.2. FACTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes pós a data de encerramento do exercício.



MUNICÍPIO DE POMBAL
Câmara Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
Ano financeiro de 2014



PRESTAÇÃO DE CONTAS

- **CONSOLIDADAS**



6. BALANÇO CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE POMBAL

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

	EXERCÍCIOS			
	N			N - 1
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO				
IMOBILIZADO:				
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	72.633		72.633	58.295
Edifícios				
Outras construções e infraestruturas	99.537.306	31.116.129	68.421.178	60.581.065
Bens do património histórico, artístico e cultural	5.891		5.891	4.460
Outros bens de domínio público				
Imobilizações em curso	22.129.303		22.129.303	23.810.963
Adiantamentos por conta de bens de domínio publico			0	
	121.745.133	31.116.129	90.629.004	84.454.783
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos	24.802	9.375	15.427	15.940
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	24.802	9.375	15.427	15.940
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	16.640.908		16.640.908	16.748.890
Edifícios e outras construções	82.854.764	4.800.816	78.053.948	72.297.308
Equipamento básico	7.676.043	4.458.943	3.217.101	2.465.238
Equipamento de transporte	3.920.293	3.336.958	583.336	636.288
Ferramentas e utensílios	2.794	683	2.111	699
Equipamento administrativo	3.540.616	2.792.472	748.144	806.120
Taras e vasilhames				
Outras imobilizações corpóreas	2.089.595	1.389.396	700.199	858.037
Imobilizações em curso	17.131.425		17.131.425	17.967.320
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0			
	133.856.437	16.779.267	117.077.171	111.779.899
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	218.400		218.400	218.400
Obrigações e títulos de participação	1.727.599		1.727.599	
Outras aplicações financeiras	773		773	536
	1.946.772	0	1.946.772	218.936
CIRCULANTE:				
Existências:				
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	141.381		141.381	136.284
Mercadorias	44		44	200
	141.426	0	141.426	136.484
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes, c/c	61.417		61.417	68.592
Contribuintes, c/c	24.811		24.811	21.827
Utentes, c/c	1.033.783		1.033.783	1.089.532
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa...	1.167.467	1.160.897	6.570	1.370
Adiantamentos a fornecedores	95		95	2
Estado e outros entes públicos	219.062		219.062	215.505
Outros devedores	1.657.258	180.374	1.476.884	1.242.951
	4.163.893	1.341.271	2.822.622	2.639.779
Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
Depósitos em instituições financeiras	10.922.239		10.922.239	10.599.879
Caixa	4.032		4.032	7.341
	10.926.271	0	10.926.271	10.607.220
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	995.255		995.255	870.694
Custos diferidos	18.795		18.795	16.489
	1.014.050		1.014.050	887.183
		47.904.771		
Total de amortizações.....		1.341.271		
Total de provisões.....		49.246.041		
Total do activo.....	273.818.785		224.572.743	210.740.223



MUNICÍPIO DE POMBAL

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS:		
Património	42.996.137	37.524.870
Reservas Legais	3.765.328	3.504.780
Reservas estatutárias		
Outras Reservas	0	
Doações	1.431	
Resultados transitados	81.320.347	78.331.449
Resultado líquido do exercício	6.373.916	4.796.791
Total dos fundos próprios	134.457.158	124.157.890
PASSIVO:		
Provisões para riscos e encargos	1.237.154	745.129
	1.237.154	745.129
Dívidas a terceiros - Médio/longo prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	6.113.635	7.113.024
Outros Credores de medio/longo prazo	1.480.799	0
	7.594.434	7.113.024
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos de c/ prazo	1.543.309	1.407.863
Fornecedores, c/c	208.073	569.721
Fornecedores - fact em recepção e conferência	854.115	988.236
Fornecedores de imobilizado, c/c	97.194	3.992.170
Estado e outros entes públicos	197.886	223.336
Administração autárquica	0	0
Outros credores	2.780.353	2.483.371
	5.680.929	9.664.697
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	1.287.674	1.134.380
Proveitos diferidos	74.315.395	67.925.103
	75.603.069	69.059.483
Total do passivo	90.115.586	86.582.333
Total dos fundos próprios e do passivo	224.572.743	210.740.223

O Balanço Consolidado, quando comparado com o Balanço do Município de Pombal permite verificar o forte peso que representa este, com uma representatividade superior a 99%.



7. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

MUNICÍPIO DE POMBAL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2014

	Exercício			
	N		N - 1	
CUSTOS E PERDAS				
Custos das merc. vendidas e das mat. consumidas:				
Mercadorias.....	7.291,30		1.101,01	
Matérias	232.811,54	240.102,84	269.491,97	270.592,98
Fornecimentos e serviços externos.....		9.052.679,15		9.212.728,46
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	6.861.187,96		7.047.254,81	
Encargos Sociais.....	1.894.864,44	8.756.052,40	1.772.486,32	8.819.741,13
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais.....		3.160.523,54		3.024.771,06
Amortizações do exercício.....		6.884.589,89		5.845.014,94
Provisões do exercício.....		595.976,23		504.610,40
Outros custos e perdas operacionais.....		35.246,50		43.830,90
(A).....		28.725.170,55		27.721.289,87
Custos e perdas financeiras.....		120.805,31		113.595,25
(C).....		28.845.975,86		27.834.885,12
Custos e perdas extraordinários.....		1.923.047,52		2.108.897,24
(E).....		30.769.023,38		29.943.782,36
Imposto sobre o rendimento do exercício.....		24.513,67		4.244,01
(G).....		30.793.537,05		29.948.026,37
Resultado líquido consolidado do exercício.....		6.373.916,16		4.796.791,02
(X).....		37.167.453,21		34.744.817,39
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas:				
Mercadorias.....	8.734,79		6.573,92	
Produtos.....	1.245.127,15		1.294.989,05	
Prestações de serviços.....	4.717.557,01	5.971.418,95	4.418.526,74	5.720.089,71
Impostos e taxas.....		10.321.232,89		9.603.657,72
Variação da produção.....				
Trabalhos para a própria entidade.....				
Proveitos suplementares.....		36.771,07		32.542,83
Transferências e subsídios obtidos.....		15.657.875,90		15.935.354,77
Outros proveitos e ganhos operacionais.....		390.937,87		2.112.440,70
(B).....		32.378.236,68		33.404.085,73
Proveitos e ganhos financeiros.....		1.698.821,86		51.471,57
(D).....		34.077.058,54		33.455.557,30
Proveitos e ganhos extraordinários.....		3.090.394,67		1.289.260,09
(F).....		37.167.453,21		34.744.817,39
RESUMO:				
Resultados operacionais: (B)-(A).....		3.653.066,13		5.682.795,86
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A).....		1.578.016,55		-62.123,68
Resultados correntes: (D - C).....		5.231.082,68		5.620.672,18
Resultados antes de impostos: (F - E)		6.398.429,83		4.801.035,03
Resultado líquido consolidado do exercício (F -G)		6.373.916,16		4.796.791,02



8. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

O mapa que se segue, demonstra o mapa de fluxos de caixa (Recebimentos e Pagamentos) consolidados de operações orçamentais (alínea c) do nº 7 do Artº 75º da Lei 73/2013 de 03/09).

MUNICÍPIO DE POMBAL

FLUXOS DE CAIXA DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

R E C E B I M E N T O S		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		8.098.625,81
RECEITAS ORÇAMENTAIS		44.645.239,55
01 IMPOSTOS DIRECTOS	9.864.114,62	
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	73.420,79	
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	518.090,18	
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.102.613,98	
06 TRANSFERENCIAS CORRENTES	14.506.088,19	
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	6.473.034,42	
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	821.141,97	
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	159.622,50	
10 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	9.439.112,90	
12 PASSIVOS FINANCEIROS	688.000,00	
TOTAL DAS RECEITA CORRENTES.....	34.358.504,15	
TOTAL DAS RECEITA DE CAPITAL.....	10.286.735,40	
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS	0,00	
TOTAL		52.743.865,36
P A G A M E N T O S		
DESPESAS ORÇAMENTAIS		44.416.526,79
01 DESPESAS COM O PESSOAL	8.890.265,11	
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.386.776,66	
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	97.311,76	
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.514.406,06	
05 SUBSIDIOS	117.476,31	
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	449.726,69	
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	19.613.749,27	
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.747.531,46	
09 ACTIVOS FINANCEIROS	236,97	
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.599.046,50	
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	21.455.962,59	
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	22.960.564,20	
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE.....		8.327.338,57
TOTAL		52.743.865,36

O saldo para a gerência seguinte no valor de € 8.327.338,57, reflecte o saldo de disponibilidades em operações orçamentais, excluindo portanto o saldo de Operações Não-Orçamentais (Operações de Tesouraria) no valor de € 2.598.931,93, e que no Balanço Consolidado, ambos se encontram inscritos na rubrica "Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa", pelo valor total de € 10.926.270,50



MUNICÍPIO DE POMBAL

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		8.098.625,81	Despesas orçamentais		44.416.526,79
Execução orçamental	8.098.625,81		Correntes	21.455.962,59	
			Capital	22.960.564,20	
Receitas orçamentais		44.645.239,55			
Correntes	34.358.504,15		Saldo para a gerência seguinte ...		8.327.338,57
Capital	10.286.735,40		Execução orçamental	8.327.338,57	
Outras					
Total		52.743.865,36	Total		52.743.865,36



9. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

9.1. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

a) O perímetro de consolidação do Município de Pombal integra as seguintes entidades:

- Denominação: Município de Pombal
- Sede: Largo do Cardal, 3100-440 Pombal
- Número de Trabalhadores: 443

- Denominação: PMUGest, E.E.M.
- Sede: Rua do Lourical, 21 r/c, 3100-428 Pombal
- Participação no capital: 100%
- Número de Trabalhadores: 60

- Denominação: Pombal Prof – Soc. de Educação e Ensino Profissional, Lda
- Sede: Parque Industrial Manuel da Mota, Apartado 165 - 3105-902 POMBAL
- Participação no capital: 49 %
- Número de Trabalhadores: 29

b) Denominação, sede e proporção do capital detido das entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

- Denominação: Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Sede: Quinta do Banco - Parceiros - Apartado 157 - 2416-902 LEIRIA
- Participação no capital: 9,52%

- Denominação: Coimbra Vita – agencia de Desenvolvimento Regional, SA
- Sede: Rua Capitão Luís Gonzaga, 74 - 3000-095 COIMBRA
- Participação no capital: 2,95 %
- **Nota:** A entidade encontra-se em processo de liquidação desde 2012.

- Denominação: Lusitâniagás – Companhia de Gás do Centro, SA
- Sede: Av. dos Congressos da Oposição Democrática, n.º 54 - Apartado 684, 3800-365 AVEIRO
- Participação no capital: 0,04 %

- Denominação: MAPICENTRO-Soc. Abate, Com., Transf. Carnes Subprodutos, S.A
- Sede: Apartado 534 - Ponte das Mestras - 2401-975 LEIRIA
- Participação no capital: 0,01 %

- Denominação: FAM – Fundo de Apoio Municipal
- Sede: Rua Tenente Espanca, 20- 1050-223 LISBOA
- Participação no capital: 0,27 %



Nos termos do Artº 17ª da Lei 53/2014 de 25/08, o capital do FAM é de Eur. 650.000.000,00, sendo que a contribuição dos municípios é de 50 % desse valor. No caso do Município de Pombal, a contribuição para o FAM, ficou estabelecida em Eur. 1.727.599,12.

9.2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

a) Em 31 de Dezembro de 2014 não existiam casos em que aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;

b) No exercício em análise, não existem situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efectuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respectivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;

c) Não ocorreram alterações, no decurso do exercício de 2014, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

9.3. - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

a) Identificação da fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efectuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

Todas as entidades foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido no POCAL, ao qual acrescem as orientações definidas na Orientação n.º 1/2010, publicitada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho.

Para efeitos de aplicação deste método, adoptou-se o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15, "Investimentos em subsidiárias e consolidação", publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações à realidade deste subsector.

No que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e ao apuramento das diferenças de consolidação, a NCRF 15 remete para a NCRF 14 "Concentrações de actividades empresariais", publicada também através do referido Aviso, e da qual resultam que os valores contabilísticos das participações no capital estatutário/social das entidades de natureza empresarial compreendidas na consolidação são compensados pela proporção que representam nos capitais próprios dessas entidades. Essa compensação foi efectuada com base nos respectivos valores contabilísticos à data do início do exercício em que tais entidades foram incluídas pela primeira vez na consolidação.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam os activos, os passivos, os fundos próprios/capital próprio e os resultados das entidades incluídas na consolidação como se se tratasse de uma única entidade, tendo sido eliminados, nomeadamente, as seguintes operações internas:

- Os créditos/dívidas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;



- Os custos e perdas, bem como os proveitos e ganhos relativos às operações efectuadas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- As operações de transferências e subsídios entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- Os resultados provenientes das operações efectuadas entre as entidades compreendidas na consolidação.

b) Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adoptados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;

Não aplicável.

c) Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adoptado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

d) Não foi utilizada a faculdade prevista no ponto IV) da alínea a) do item do 3.5.4.1. das instruções de Consolidação do SATAPOCAL;

e) Entre a data do balanço do Município e a data do balanço consolidado não ocorreram acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Em 2014, manteve-se o perímetro de consolidação aplicado em 2013.

g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos activos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não aplicável.

h) Não ocorreram casos excepcionais relacionados com a utilização da faculdade prevista na alínea b) do item 3.5.2.1. das instruções de consolidação do SATAPOCAL;

i) A opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial é a de contabilização pelo custo histórico, não tendo sido efectuados qualquer reconhecimento de equivalências patrimoniais.

9.4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

No ano de 2014, a situação do Grupo Público face ao endividamento de médio e longo prazo é a seguinte:



MUNICÍPIO DE POMBAL

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO / LONGO PRAZO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Código / designação das contas a)	Dividas a terceiros de médio / longo prazos b)				Eliminação de créditos / dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	MUNICÍPIO DE POMBAL	PMUGEST, EMM	POMBALPROF, LDA	TOTAL		
1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5-6
2312 - POCAL / 251 - SNC	7.113.304			7.113.304		7.113.304
Total	7.113.304		0	7.113.304		7.113.304

- a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dividas a terceiros - médio e longo prazos.
b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

9.5. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DIVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

No ano de 2014, a divida total consolidada de operações orçamentais (não inclui Operações de Tesouraria e o FAM) calculada de acordo com o nº 2 do Artº 52º da Lei 73/2013 de 03/09, abatido dos créditos/débitos existentes entre as entidades, desagrega-se no quadro seguinte:

MUNICÍPIO DE POMBAL

DIVIDA TOTAL CONSOLIDADA DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANO 2014

Código / designação das contas a)	Dividas a terceiros b)				Eliminação de créditos / dívidas recíprocos	Grupo Autarquico consolidado
	MUNICÍPIO DE POMBAL	PMUGEST, EMM	POMBALPROF, LDA	TOTAL		
1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5-6
Divida media / longo prazo						
Emprestimos Bancarios m/l prazo	7.113.304			7.113.304		7.113.304
Divida de curto prazo						
Emprestimos Bancarios c/prazo			543.639	543.639		543.639
Fornecedores c/c	1.074.683	41.451,46	73.321	1.189.455	32.160,12	1.157.295
Outros credores	11.985	480,71	47.153	59.618		59.618
Estado	5.758,00	35.940,79	2.687,59	44.386		44.386
Contributos de SM, AM e SEL	3.092,00			3.092		3.092
Total	8.208.822	77.873	666.800	8.953.495	32.160	8.921.335

- a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dividas a terceiros - de curto e de médio / longo prazo
b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

9.6. INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

Os fluxos financeiros entre as entidades a consolidar, na óptica do Município, desagregam-se de acordo com o seguinte quadro:

MUNICÍPIO DE POMBAL

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES A CONSOLIDAR

ANO 2014

Tipo de Fluxos	Município de Pombal / PMUGEST, EMM									
	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios	4.284,12	25.704,72		27.846,78	2.142,06					
Empréstimos										
Relações Comerciais	133.244,29	622.233,59		725.459,82	30.018,06	14.291,87	48.353,67		62.645,54	0,00
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros										
Total	137.528,41	647.938,31		753.306,60	32.160,12	14.291,87	48.353,67		62.645,54	0,00



Não houve, durante o ano de 2014, fluxos financeiros entre o Município e a participada PombalProf.

9.7. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

- a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

Não foram efectuados quaisquer ajustamentos por eventuais existências de diferentes critérios de valorimetria, nomeadamente do que diz respeito a amortizações, aos ajustamentos e às provisões, mantendo-se os critérios utilizados pelas diferentes entidades, por se considerarem com critérios homogêneos e/ou com impacto imaterial nas demonstrações financeiras consolidadas.

- b) Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não aplicável.

9.8. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

- a) Comentário das rubricas "despesas de instalação e "despesas de investigação e de desenvolvimento";

As duas entidades abrangidas pelo perímetro da consolidação não apresentam valores nestas rubricas.

- b) Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões;

Conforme mapas anexos:

Mapa do activo bruto consolidado;

Mapa de amortizações consolidado;

- c) Não foram suportados custos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

- d) Montante de ajustamentos de valor dos activos abrangidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;

Não existiram ajustamentos a activos abrangidos na consolidação objecto de amortizações e de provisões extraordinárias.

- e) Indicação global, por categoria de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado;



Não existem diferenças materialmente relevantes.

- f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;

Não aplicável.

- g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes da flutuação de valor;

Não aplicável.

- h) Montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;

Não existem dívidas a terceiros cobertas por garantias reais.

- i) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;

Não aplicável.

- j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades:

Conforme mapa anexo - Mapa das vendas e prestações de serviços consolidados

- k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos no presente manual e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efectuadas com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

- l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para determinação de impostos futuros;

Não aplicável.

- m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;



Identifica-se, no quadro seguinte, os membros dos órgãos executivos de cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação, as entidades que auditaram as suas contas, bem como o valor global das remunerações líquidas atribuídas no ano, aos membros que foram remunerados e às entidades fiscalizadoras.

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

		ANO 2014
Nome	Situação na Entidade	Remuneração líquida auferida
MUNICÍPIO DE POMBAL		
ÓRGÃO EXECUTIVO		
Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus	Presidente da Câmara	33.850,00
António José Cardoso Pires Silva	Vereador em regime de tempo inteiro	8.594,72
Adelino Gonçalves Mendes	Vereador	-----
Ana Cristina Jorge Gonçalves	Vereador em regime de tempo inteiro	26.549,98
Fernando Manuel Pinto Parreira	Vereador em regime de tempo inteiro	26.389,33
Jorge Marques dos Santos Claro	Vereador	-----
Pedro Filipe Silva Murtinho	Vereador em regime de tempo inteiro	26.605,49
Catarina Pascoal Silva	Vereador em regime de tempo inteiro	26.575,60
Marlene Vaz Matias	Vereador	-----
Luís Renato Guardado Marques	Vereador em regime de tempo inteiro	15.229,81
ENTIDADE FISCALIZADORA		
LCA - Leal, Carreira & Associados, SROC	Revisor Oficial de Contas	10.000,00 *
PMUGEST, E.M.		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Jorge Eduardo Vieira da Silva	Presidente	-----
Elisabete Gameiro João Madama	Administradora	-----
Manuel Gomes Jordão Carreira	Administrador Executivo	26.552,83
ENTIDADE FISCALIZADORA		
Oliveira, Reis & Associados, SROC	Revisor Oficial de Contas	3.390,00 *
POMBAL PROF, LDA		
GERENCIA		
Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus	Gerente	-----
João Carlos dos Santos Matias	Gerente	-----
Horácio da Mota Areia	Gerente	-----
ENTIDADE FISCALIZADORA		
Sérgio Manuel Silva Gomes	Revisor Oficial de Contas	2.250,00 *

* - Valor líquido de IVA

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;



O Município tem sabido manter o inventário municipal, devidamente actualizado, atendendo aos valores de avaliação efectuada, os quais tinham como referência, o ano de 2010.

- o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Processo concluído, referente ao ano económico de 2013.

- p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Não aplicável.

- q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

Conforme mapa anexo – Demonstração dos resultados financeiros consolidados.

- r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

Conforme mapa anexo – Demonstração dos resultados extraordinários consolidados.

- s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Conforme Mapa anexo.

9.9. INFORMAÇÕES DIVERSAS

- a) Não existem outras informações relevantes exigidas por diplomas legais;

- b) Não existem outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

- c) As entidades integrantes do perímetro de consolidação que aplicam o Sistema de Normalização Contabilística, SNC, asseguraram a conveniente conversão das suas contas para o POCAL.

- d) Não foram reconhecidos interesses minoritários no Balanço consolidado. Apesar de a participação financeira direta na Pombal Prof ser de 49%, atendendo ao facto de que o capital próprio dessa sociedade se apresenta negativo, a 31 de Dezembro de 2014, não haverá lugar ao reconhecimento de interesses minoritários.



9.10. LANÇAMENTO DE ANULAÇÃO DOS MOVIMENTOS REALIZADOS ENTRE AS ENTIDADES:

9.10.1. OPERAÇÕES ANULADAS

Na consolidação de contas foram anulados as seguintes transacções existentes em 2014 entre o Município de Pombal, PMUGEST, EEM.

Com a PombalProf, o Município não efectuou nenhuma transacção:

	Lançamento a débito	Lançamento a crédito
Custos das merc. vendidas e das mat. consumidas:		12.204,33
Fornecimentos e serviços externos		641.840,45
Transferências e sub. Correntes concedidos e prestações sociais		189.769,05
Vendas e Prestações de serviços	807.664,49	
Transferências e subsídios obtidos	36.149,34	
Total	843.813,83	843.813,83

9.10.2. SALDOS ANULADOS

Os seguintes saldos finais existentes entre as entidades do perímetro de consolidação foram igualmente anulados, para efeitos da consolidação de contas:

	Lançamento a débito	Lançamento a crédito
Clientes c/c		63.657,17
Utentes c/c		0,00
Fornecedores c/c	15.387,95	
Fornecedores c/facturas em recepção e conferencia	16.772,17	
Fornecedores c/ depósitos de garantia	31.497,05	
Total	63.657,17	63.657,17

9.10.3. ANULAÇÃO DO VALOR DO INVESTIMENTO FINANCEIRO

O valor do investimento financeiro registado no Balanço do Município de Pombal, relativamente à sua participação na PMUGEST, EEM, no valor total de € 325.000,00 e na PombalProf no valor € 49.000,00 correspondente a 49% de participação no capital, foi anulado em contrapartida da conta de Património, para efeitos de consolidação de contas.

Os restantes 51% do capital da PombalProf, detido por outras entidades, foi transferido para a conta de Resultados Transitados

As reservas legais constituídas por ambas as entidades consolidadas, nos termos da lei, no valor total de € 23.400,20 e € 9.971,68, mais as reservas livres no valor de € 119.448,93, foram transferidas para Resultados Transitados.



9.10.4. SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES:

No quadro abaixo resume-se o valor global dos fluxos financeiros realizados entre o Município de Pombal e a PMUGest nos últimos quatro anos.

A PombalProf, por se ter iniciado a consolidação das suas contas a partir de 2013, e não existindo qualquer fluxo financeiro com o Município nesse período, não releva para o quadro abaixo.

Quadro – Fluxo Financeiros entre Município de Pombal e PMUGEST- Ano de 2010/2011/2012/2013/2014;

Ano de 2010	879.374,14
Ano de 2011	949.140,48
Ano de 2012	750.908,39
Ano de 2013	892.773,67
Ano de 2014	815.952,14

Em 2011, verificou-se um aumento de 7,93 % nos fluxos financeiros entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, tendo em 2012, invertido a situação, com menos 20% relativamente a 2011, recuperando novamente em 2013, com um aumento de 19%, e voltando novamente a reduzir em 2014, com uma variação de 8,6%.



9.11. ACTIVO BRUTO CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE POMBAL

MAPA DO ACTIVO BRUTO CONSOLIDADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Bens de Domínio Público:	109.666.153		19.850.385		(7.771.404)	121.745.133
Terrenos e recursos naturais	58.295		14.338			72.633
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas	85.792.435		13.744.872			99.537.306
Bens do património histórico, artístico e cultural	4.460		1.431			5.891
Outros bens de domínio público						
Imobilizações em curso	23.810.963		6.089.744		(7.771.404)	22.129.303
Adiantamentos por conta de bens de domínio público						
Imobilizações Incorpóreas:	24.802					24.802
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e desenvolvimento						
Propriedade industrial e outros direitos	9.802					9.802
Trespases	15.000					15.000
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas						
Diferenças de consolidação						
Imobilizações Corpóreas:	125.882.807		17.384.522		(9.410.892)	133.856.437
Terrenos e recursos naturais	16.748.890		14.694		(122.676)	16.640.908
Edifícios e outras construções	75.827.844		7.026.920			82.854.764
Equipamento básico	6.032.052		1.650.415		(6.423)	7.676.043
Equipamento de transporte	3.820.949		100.845		(1.500)	3.920.293
Ferramentas e utensílios	961		1.833			2.794
Equipamento administrativo	3.450.986		265.234		(175.605)	3.540.616
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	2.033.806		57.712		(1.923)	2.089.595
Imobilizações em curso	17.967.320		8.266.870		(9.102.765)	17.131.425
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
Investimentos Financeiros:	218.936		1.727.836			1.946.772
Partes de capital	218.400					218.400
Obrigações e títulos de participação			1.727.599			1.727.599
Empréstimos de financiamento						
Investimentos em imóveis						
Outras aplicações financeiras	536		237			773
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
Total	235.792.699	0	38.962.743	0	(17.182.296)	257.573.145



9.12. AMORTIZAÇÕES CONSOLIDADAS

MUNICÍPIO DE POMBAL

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens de Domínio Público:	24.994.889	6.121.239		31.116.129
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	24.994.889	6.121.239		31.116.129
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
Imobilizações Incorpóreas:	8.862	512		9.375
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos	8.862	512		9.375
Trespases				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
Diferenças de consolidação				
Imobilizações Corpóreas:	14.319.389	2.636.755	(176.877)	16.779.267
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	3.530.536	1.270.280		4.800.816
Equipamento básico	3.783.294	678.529	(2.880)	4.458.943
Equipamento de transporte	3.184.661	153.797	(1.500)	3.336.958
Ferramentas e utensílios	263	420		683
Equipamento administrativo	2.644.866	319.141	(171.535)	2.792.472
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	1.175.769	214.588	(962)	1.389.396
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
Total	39.323.141	8.758.507	(176.877)	47.904.771

9.13. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CONSOLIDADOS

MUNICÍPIO DE POMBAL

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CONSOLIDADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

	Mercado Interno		Mercado Externo	
	EXERCÍCIOS		EXERCÍCIOS	
	N	N-1	N	N-1
Vendas	1.253.862	1.301.563		
Prestações de Serviços	4.717.557	4.418.527		
Total	5.971.419	5.720.090		



9.14. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS

MUNICÍPIO DE POMBAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
681 - JUROS SUPOSTADOS	105.085	94.970	781 - JUROS OBTIDOS	12.075	8.693
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	5.337	42.778
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	1.681.410	
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
686 - PARTICIP. NA AMORTIZ. DE EMPR. OUTR. ENTIDADES			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLIC. DE TESOURARIA			787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	15.720	18.625	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		
RESULTADOS FINANCEIROS	1.578.017	-62.124			
	1.698.822	51.472		1.698.822	51.472

9.15. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS CONSOLIDADOS

MUNICÍPIO DE POMBAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS CONSOLIDADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	1.689.838	1.814.322	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	1.185	3.301	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIAS	3.972	32.139
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	8.000	13.515	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	182.452	120.555
695 - MULTAS E PENALIDADES		15	795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	452.657	105.554
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	505.070	163.012
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	6.785	16.072	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	18.157	65.559
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	217.240	261.672	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	1.928.086	802.442
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	1.167.347	-819.637			
Total	3.090.395	1.289.260	Total	3.090.395	1.289.260

9.16. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES / AJUSTAMENTOS CONSOLIDADOS

MUNICÍPIO DE POMBAL

DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES / AJUSTAMENTOS CONSOLIDADOS

ANO 2014

Código das Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicação de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	1.753.683,46	14.384,27	426.797,09	1.341.270,64
292	Provisões para riscos e encargos	745.128,66	582.289,83	90.264,79	1.237.153,70
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				
	Total ...	2.498.812,12	596.674,10	517.061,88	2.578.424,34



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2014

ENCERRAMENTO

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2014, que se contêm em 37 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Pombal, realizada em 15 de Junho de 2015.

O Presidente,

(Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Dr.)

Os Vereadores:

(Adelino Gonçalves Mendes, Dr.)

(Ana Cristina Jorge Gonçalves, Dr.^a.)

(Fernando Manuel Pinto Parreira, Dr.)

(Jorge Marques dos Santos Claro, Eng.^o.)

(Pedro Filipe da Silva Murtinho, Eng.^o.)

(Catarina Pascoal da Silva, Dr.^a.)

(Marlene Vaz Matias, Dr.^a.)

(Luís Renato Guardado Marques, Arq.^o.)

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2014, que antecedem e se contêm em 37 páginas, incluindo esta, devidamente numeradas, mereceram aprovação da Assembleia Municipal de Pombal, em sua sessão ordinária do dia 29 de Junho de 2015.

O Presidente,

(Narciso Ferreira Mota, Eng.^o)

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

(Carlos Alberto Ferreira da Silva)

(Paula Cristina Lopes Dias Silva, Dr.^a.)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

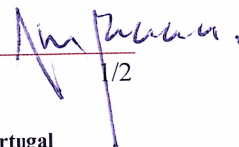
1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município de Pombal**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 224.572.743 euros e um total de fundos próprios consolidados de 134.457.158 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 6.373.916 euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados por naturezas, o Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



1/2

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município de Pombal** em 31 de Dezembro de 2014, e o resultado consolidados das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Leiria, 11 de junho de 2015

LCA, SROC

Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C n° 614

